

Associação Mario Penna

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Conteúdo

Sumário

1. Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
2. Balanços Patrimoniais.....	6
3. Demonstrações de resultados.....	7
4. Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
5. Demonstrações do fluxo de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício de 2022

Aos
Administradores e Conselheiros da
ASSOCIAÇÃO MÁRIO PENNA

Belo Horizonte/MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **ASSOCIAÇÃO MÁRIO PENNA**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do superávit ou déficit, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **ASSOCIAÇÃO MÁRIO PENNA**, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada 'Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras'. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências nos controles internos que identificamos durante o exercício sob auditoria.

Belo Horizonte, 27 de fevereiro de 2023.

CASTRO, SERRA, NIRDO AUDITORES INDEPENDENTES

CRC/MG 190



Ricardo do Amaral Fonseca
Contador CRC/MG 71.041



Juliano Ribeiro Zauli
Contador CRC/MG 77.421

Av. Brasil, 1.701 - 7º andar – Funcionários, Telefone: (31) 3226-6286, CEP 30.140-007 - Belo Horizonte - MG
E-mail: csn@csnauditores.com.br – Home Page: www.csnauditores.com.br

ASSOCIAÇÃO MARIO PENNA



Balancetes Patrimoniais Em 31 de dezembro de 2022 e de 31 de Dezembro 2021

Valores expressos em milhares de reais

ATIVO		2022	2021	PASSIVO		2022	2021
	<i>Nota</i>				<i>Nota</i>		
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	5	7.919	3.590	Empréstimos	11	13.010	22.263
Bancos e aplicações com restrição	16	18.417	40.990	Fornecedores	12	19.695	29.374
Contas a receber de Clientes	6	22.871	21.673	Obrigações trabalhistas e sociais	13	13.312	14.115
Estoques	7	7.532	12.056	Obrigações tributárias e outros	14	2.843	3.239
Adiantamentos	8	3.201	2.055	Adiantamento de clientes	15	2.565	3.518
Provisões ativas		237	272	Subvenções e Convênios Governamentais	16	15.230	32.952
Outros ativos circulantes		1.000	1.505	Outros circulantes		877	1.703
Total do ativo circulante		61.176	82.141	Total do passivo circulante		67.533	107.164
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Depósitos judiciais		2.325	1.617	Empréstimos	11	75.154	51.848
Fundação Mario Penna - Mútuo		2.641	2.641	Fornecedores	12	594	555
Imobilizado	9	82.863	79.263	Obrigações trabalhistas e sociais	13	1.331	887
Imobilizado com Restrição	9	17.797	18.814	Obrigações tributárias e outros	14	3.103	728
Investimentos	10	27.138	22.986	Subvenções e Convênios Governamentais	16	20.984	26.853
Outros		861	111	Provisão para perdas e contingencias	17	2.678	2.741
Total do ativo não circulante		133.624	125.432	Total do passivo não circulante		103.844	83.612
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Patrimonio social	19	16.796	8.430
				Superavit/Deficit do exercício		6.628	8.366
				Total do patrimônio líquido		23.424	16.796
TOTAL DO ATIVO		194.801	207.573	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		194.801	207.573

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

ASSOCIAÇÃO MÁRIO PENNA

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS



Balancetes Patrimoniais Em 31 de dezembro de 2022 e de 31 de Dezembro 2021

Valores expressos em milhares de reais

	Nota	2022	2021
Prestação de serviços hospitalares		125.034	118.738
Subvenções, convênios e projetos		68.244	44.646
Doações		41.605	40.037
Outras Receitas		5.968	10.389
Imunidade e isenções tributárias		28.805	23.985
Total das receitas	20	269.656	237.795
Custo dos serviços prestados	21	(193.003)	(168.406)
Superávit Bruto		76.653	69.389
Provisões para perdas		(4.836)	(2.802)
Comunicação, marketing e Call center		(14.264)	(12.452)
Depreciações e amortizações		(7.969)	(7.489)
Imunidade e isenções tributárias	22	(28.805)	(23.985)
Outras despesas administrativas		(2.150)	(4.139)
		(58.024)	(50.866)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos.		18.629	18.523
Receitas financeiras		761	2.305
Despesas financeiras		(12.762)	(12.462)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	23	(12.001)	(10.157)
Resultado do período		6.628	8.366

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

ASSOCIAÇÃO MARIO PENNA

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO



Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 31 de Dezembro 2021

Valores expressos em milhares de reais

Descrição	Patrimônio social	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Superavit / Deficit Acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(33.245)	67.439	(17.398)	16.796
Superavit / (-) Deficit do exercício			6.628	6.628
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(33.245)	67.439	(10.770)	23.424

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

ASSOCIAÇÃO MÁRIO PENNA

Demonstrações dos fluxos de caixa



Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 31 de Dezembro 2021

Valores expressos em reais mil

	2022	2021
Fluxo de caixa proveniente das operações		
Superavit / Deficit do período	6.628	8.366
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:		
Juros incorridos	12.041	11.691
Depreciação e amortização do imobilizado	7.969	7.489
Provisão para perdas	4.836	2.802
	<u>31.473</u>	<u>30.348</u>
Redução (aumento) nos ativos:		
Bancos e aplicações com restrições	22.573	(8.446)
Contas a receber de clientes	(1.198)	(6.913)
Estoques	4.524	(6.549)
Adiantamentos	(1.147)	325
Depósitos judiciais	(708)	59
Fundação Mario Penna - Mútuo	-	(219)
Outros	(209)	1.491
	<u>23.835</u>	<u>(20.253)</u>
Aumento (redução) nos passivos:		
Fornecedores	(9.641)	(3.458)
Obrigações trabalhistas e sociais	(359)	(43)
Obrigações tributárias	1.979	(7.563)
Adiantamento de clientes	(953)	2.002
Subvenções e Convênios Governamentais	(23.590)	(1.534)
Provisão para perdas e contingências	(4.899)	(1.618)
Outros passivos	(825)	889
	<u>(38.288)</u>	<u>(11.325)</u>
Recursos líquidos provenientes das atividades operacionais	17.020	(1.230)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimentos		
Aquisição /Baixa de imobilizados	(10.552)	(5.517)
Investimentos	(4.151)	38
Recursos líquidos provenientes das atividades de investimento	(14.703)	(5.479)
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento		
Obtenção de empréstimos	78.519	63.039
Amortização de empréstimos	(76.508)	(55.937)
Recursos líquidos provenientes das atividades de financiamento	2.011	7.102
Aumento no caixa e equivalentes	4.328	393
Disponibilidades no início do exercício	3.590	3.198
Disponibilidades no final do exercício	<u>7.919</u>	<u>3.590</u>
Aumento no caixa e equivalentes	4.328	392

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. Contexto Operacional

A Associação Mário Penna é uma entidade sem fins lucrativos com sede e foro na cidade de Belo Horizonte/MG, fundada em junho de 1971, com declaração de utilidade pública municipal e federal e com Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social em Saúde - CEBAS, que o certifica como entidade beneficente de assistência social com a finalidade de prestação de serviços na área de saúde.

A associação tem por finalidade coordenar, orientar, incentivar, promover e desenvolver recursos assistenciais em pesquisa, prevenção e combate ao câncer, bem como prestar serviços hospitalares e ambulatoriais com esse objetivo ou afins e, no mesmo sentido, colaborar com outras instituições congêneres e com o Poder Público.

A estrutura da associação é constituída pelas unidades abaixo apresentadas.

Hospital Luxemburgo - HL - Hospital com mais de 30 anos oferece atendimento a pacientes oriundos do Sistema Único de Saúde - SUS, pacientes particulares e conveniados as principais operadoras e seguradoras de saúde. A unidade é uma das três instituições de saúde de Minas Gerais com classificação emitida pelo Ministério da Saúde como Centro de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia - CACON.

Hospital Mário Penna - HMP - unidade que rendeu o nome a todo o instituto, hoje encontra-se em fase de reestruturação para reabertura ao público para tratamento oncológico e parte da mesma está alugada a Fundação Educacional Lucas Machado - FELUMA.

Casa de Apoio Beatriz Ferraz - CABF - Unidade que surgiu em 2006, da união dos lares Célia Janotti e Januário Carneiro, para acolher pacientes adultos carentes e diagnosticadas com câncer, provenientes, principalmente, do interior do estado de Minas Gerais, e que estão submetidas a tratamentos em alguma das unidades da Associação Mário Penna. Lá são oferecidos atendimentos psicológicos, alimentação, lazer, atividades recreativas, biblioteca, sala de relaxamento, salas de televisão; conta também com equipe assistencial 24 horas, transporte de ida e volta às unidades do instituto.

Núcleo de Especialidades Oncológicas - NEO - Unidade que se encontra dentro da estrutura do HL, temos o que se destina exclusivamente ao atendimento oncológico aos pacientes oriundos do SUS, trata-se de uma estrutura criada em face ao fechamento do Hospital Mário Penna, os pacientes ali atendidos foram redirecionados ao HL, especificamente ao NEO.

Instituto de Ensino e Pesquisa - IEP - o qual implementa protocolos de pesquisa quando indicado proporcionando aos pacientes tratamentos inovadores e promove a capacitação e o treinamento dos colaboradores.

Mário Penna Câncer Center - MPCC - Unidade mais nova da AMP que está sendo construída com a finalidade de proporcionar excelência no atendimento oncológico, além de proporcionar mais comodidade e agilidade nos diagnósticos e tratamentos daqueles que cuidamos com tanta dedicação há 51 anos. São 19 consultórios ambulatoriais oncológicos, 75 lugares de espera, 20 cadeiras para quimioterapia e oferta de vários exames de imagem.

Os recursos financeiros para promoção de seus objetivos estatutários vêm dos serviços prestados e convênios pactuados com o Sistema Único de Saúde - SUS, de convênios operacionais com operadoras de saúde e convênios públicos por conta de emendas parlamentares e programa de renúncia fiscal do governo federal, de atendimento a particulares, de doações e de rendimentos provenientes de suas aplicações financeiras. Todos os recursos da associação são empregados exclusivamente no país.

2. Declaração de continuidade

A Associação Mário Penna enfrentou no seu passado recente uma crise financeira que alterou drasticamente sua estrutura, culminando com o fechamento da sua unidade Hospital Mário Penna, impactando, inclusive, a assistência. A credibilidade da associação foi seriamente prejudicada, levando a processo de pedido de intervenção pelo Ministério Público.

Neste contexto, em 2019 foi elaborado um Plano de Ação Emergencial pela diretoria eleita com o intuito de mitigar a crise enfrentada. Essa diretoria, composta pelo Diretor Presidente Marco Antônio Vieira Leite, ocupante do cargo desde o fim de 2019; e demais diretorias; sendo elas: Diretoria Relações Institucionais e Administrativa, ocupada por Israel Gonzaga; Diretoria Financeira, exercida pelo Gladstone Andrade Silva Junior; Diretoria de Gestão Corporativa sob o comando do Dr. Virgílio Baião Carneiro.

3. Base Preparação

As demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foram elaboradas de acordo com a NBC TG 1000 (R1), emitida pelo CFC e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em observância às disposições contidas nas Normas Brasileiras de Contabilidade ITG 2002 (R1) – Entidades sem finalidades de Lucros, aprovada pela resolução nº 1.409/12 do Conselho Federal de Contabilidade e a NBC TG 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, no que aplicável.

Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são elaboradas em Real, que é a moeda funcional da associação. Todas as informações financeiras apresentadas em Real estão arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas de CPC - comitê de Pronunciamentos contábeis, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que aferem a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados gerais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões em relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

- **Investimentos** - Nota Explicativa nº 10 (estimativa do valor justo).
- **Provisão para créditos de liquidação duvidosa** - Nota Explicativa nº. 6 (principais premissas em relação aos valores e probabilidade de não recebimento do contas a receber).
- **Imobilizado (depreciação)** - Nota Explicativa nº.9 (mensuração da estimativa de vida útil).
- **Provisão e contingências** - Nota Explicativa nº.17 (principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de caixa).

Mensuração do valor justo

A Administração revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Seja a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então a Diretoria analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos do CPC's , incluindo a hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Questões significativas de avaliação são reportadas para a Diretoria da associação.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a associação usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação.

4. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

A associação reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos, inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a associação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A associação não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a associação transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela associação nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a associação tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, sendo utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

Passivos financeiros não derivativos

A associação reconhece passivos financeiros não derivativos inicialmente na data em que são originados e sua baixa ocorre quando a associação tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A associação classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria "Outros passivos financeiros". Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A associação tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, parcelamentos tributários, limite de cheque especial bancário, fornecedores e outras contas a pagar.

b. Propriedade para investimento

Representadas por imóveis e terrenos, as propriedades para investimento estão mantidas com intuito de auferir receita de aluguel e/ou valorização de capital e em alguns casos para venda, conforme divulgado na nota explicativa n.º 10.

São mensuradas pelo valor justo, conforme determinado pelo CPC, e quaisquer alterações no valor justo em períodos subsequentes são reconhecidas no resultado.

Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado.

c. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e de perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis a aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria associação inclui o custo de materiais e mão de obra direta; quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e na condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração; e os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados.

Custos subsequente

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que Benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela associação. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados.

Os itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

d. Redução ao valor recuperável (impairment)

Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidencia objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou o atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido ao Associação Mario Penna sobre condições de que a associação não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou o emissor entrará em processo de falência ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da associação, que não os estoques, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou Unidade Geradora de Caixa (UGC). O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou a UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado.

e. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a associação tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

f. Receita

A receita operacional é reconhecida no momento do fechamento das contas dos convênios e da remessa do faturamento aos convênios, incluindo SUS. Nas atividades de Telemarketing (call center) são reconhecidas no fechamento mensal dos contratos de doação junto as fontes arrecadadoras.

g. Receitas financeiras e despesas financeiras

A receita de juros abrange basicamente rendimentos sobre aplicações financeiras e variações monetárias ativas. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos. Receitas e despesas de juros são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis a aquisição, a construção ou a produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado no período em que são incorridos.

h. Determinação do ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação as demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado considerando os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base na melhor estimativa da Administração, a associação concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação as demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

i. Benefício de curto prazo a empregados

Obrigações de Benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal, conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a associação tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

j. Subvenções

As subvenções recebidas para custeio e investimento são reconhecidas no resultado somente quando atendidos os requisitos para esse reconhecimento.

k. Tributos

A associação é imune a tributos que são objetos de renúncia fiscal, concedida através do certificado de filantropia, os quais compreendem: IRPJ, CSLL, COFINS, ISSQN, IPTU, IPVA, IOF e INSS

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2022	2021
Caixas	176	8
Depósitos a vista	157	158
Aplicações financeiras (i)	7.585	3.425
Caixa e equivalentes de caixa	7.919	3.590

6. Contas a receber de clientes

	2022	2021
SUS - Prefeitura Municipal de Belo Hte	11.821	10.850
UNIMED - Coop. de trabalho médico	4.898	2.892
IPSEMG -Inst.de Prev. Servidores de MG	8.706	6.588
IPSM - Instituto Prev.Ser. Militar de MG	883	1.335
PROMED - Assistencia Médica Ltda	170	509
Bradesco Saúde S.A.	487	315
Companhia Vale do Rio Doce	359	577
Vitallis Saúde S.A.	399	642
Samedil Serv.Atendimento (Med Senior)	197	603
Fundação Saúde Itau	54	97
Amil Planos por administração Ltda	197	181
Particulares	142	242
Outros Convênios	985	2.400
	<u>29.298</u>	<u>27.231</u>
Provisão p/ Crédito de Liq. Duvidosa	<u>(6.427)</u>	<u>(5.558)</u>
Total Geral	22.871	21.673

É prática da associação constituir provisão para créditos de liquidação duvidosa com base na ausência de expectativa de recebimento dos clientes que, via de regra, considera: a receber com 12 meses de atraso; e valores glosados pelo SUS e convênios que ainda não foram recebidos e estão sob discussão.

A exposição da associação a riscos de crédito e perdas por redução no valor recuperável relacionadas a contas a receber de clientes e a outras contas, exceto construção em andamento, e divulgada na Nota Explicativa nº 18.

7. Estoques

	2022	2021
Drogas e Medicamentos	1.463	2.768
Material médico hospitalar	1.136	2.462
Medicamentos SES/MG	2.282	3.187
Quimioterápicos	1.354	1.895
Material de Consumo Gerais	357	182
OPME's	344	898
Insumos Laboratoriais	339	348
Outros	257	316
Total	<u>7.532</u>	<u>12.056</u>

A associação registra os estoques recebidos de doações dos quais já possui a titularidade e posse. No ano anterior, devido a pandemia o estoque apresentou alta em relação aos anos anteriores.

8. Adiantamentos

São registrados os adiantamentos a fornecedores de materiais e adiantamentos de funcionários que no caso, trata-se de férias.

	2022	2021
Adiantamento a fornecedores	1.814	1.125
Adiantamento de pessoal	191	217
Adiantamento para Importações	805	610
Outros	391	103
	<u>3.201</u>	<u>2.055</u>

Os adiantamentos a fornecedores são efetuados quando verificadas vantagens de negociação de compras em relação a preços e quando aquisição dos bens em caráter de urgência.

9. Imobilizado

	Terrenos e edifícios	Máquinas e equipamentos Hospitalares	Móveis e utensílios	Veículos	Instalações	Computadores e periféricos	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	80.401	59.036	7.247	707	2.114	12.611	4.869	166.986
Adições		4.192	508		62	557	4.518	9.837
Transferência		2.119				(10)		2.109
Baixas		(2.176)	(29)			(67)		(2.272)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	80.401	63.171	7.726	707	2.176	13.091	9.387	176.660
Depreciação acumulada								
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(11.620)	(36.500)	(4.861)	(486)	(1.842)	(11.345)	(2.255)	(68.909)
Reclassificação								-
Depreciação no período	(1.372)	(5.111)	(544)	(57)	(161)	(585)	(144)	(7.974)
Baixas		829	21			33		883
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(12.992)	(40.782)	(5.384)	(543)	(2.003)	(11.897)	(2.399)	(76.000)
Em 31 de dezembro de 2021	68.781	22.536	2.386	221	272	1.266	2.614	98.077
Em 31 de dezembro de 2022	67.409	22.389	2.342	164	173	1.194	6.988	100.660

10. Investimentos

Nesta rubrica estão classificadas em sua grande maioria, a propriedades para investimento, que, trata-se de parte do imóvel, localizado na avenida Churchill, número 232, Bairro Santa Efigênia, imóvel este locado para a Fundação Lucas Machado - FELUMA conforme contrato firmado em 10 de agosto de 2020.

O aumento que tivemos este ano de R\$ 4.151 refere-se a imóveis para venda que entraram na instituição como doação. Estão contabilizados a valor justo que foram determinados através de laudo de avaliação preparado por pessoal técnico especializado. A avaliação foi realizada com base nas normas e procedimentos da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), considerando o método comparativo direto de dados de mercado, o qual identifica o valor de mercado do bem por meio de tratamento técnico dos atributos e dos elementos comparáveis e constituintes da amostra realizada, além das demais determinações contidas na legislação pertinente.

11. Empréstimos e financiamentos

Instituição	Encargos financeiros	Início	Vencimento	Valor de face	2022	2021
Banco Bradesco S/A	1% a.m.	abr-18	abr-25	10.003	4.704	6.144
Banco Sicoob Credicom	0,73% a.m. + 100% CDI	abr-20	abr-24	4.240	1.521	2.638
Banco Sicoob Credicom	0,35% a.m. + 100% CDI	mar-22	abr-26	4.000	3.810	-
Caixa Econômica Federal	0,40% a.m. + 100% CDI	mai-21	jun-31	55.000	-	52.250
Caixa Econômica Federal	0,89% a.m.	ago-21	set-26	10.273	-	10.273
Caixa Econômica Federal	0,9024% a.m.	fev-22	fev-32	52.711	49.766	-
Caixa Econômica Federal	0,8636% a.m.	ago-22	ago-27	18.500	17.468	-
Caixa Econômica Federal	0,6170% a.m.	out-22	out-32	9.812	9.700	-
Money Plus Soc. Credito M.E.P.P.Lda	1,8721%	mar-21	mar-22	5.015	-	1.665
Banco Santander S/A	1,38% a.m.	jun/17	mai/22	6.000	-	-
Conta Garantida				-	1.194	1.141
					<u>88.163</u>	<u>74.112</u>
				Circulante	13.010	22.263
				Não circulante	75.154	51.848

Os empréstimos e financiamentos foram obtidos para capital de giro e são garantidos por parte dos valores a receber do faturamento do SUS. Para mais informações sobre a exposição da Associação Mario Penna a riscos de taxa de juros e liquidez, veja Nota Explicativa nº 18.

12. Fornecedores

	2022	2021
Fornecedores de Materiais	11.391	20.016
Fornecedores de Serviços	<u>8.898</u>	<u>9.913</u>
	20.289	29.929
Curto Prazo	19.695	29.374
Longo Prazo	594	555

A exposição da associação aos riscos de moeda e de crédito, relacionados a fornecedores e outras contas a pagar, encontra-se divulgada na Nota Explicativa n° 18

13. Obrigações trabalhistas e sociais

	2022	2021
Salários e Ordenados	2.927	2.847
FGTS a pagar	3.239	3.996
INSS a pagar	1.998	2.650
IRRF a pagar	402	299
Provisões de Férias e Encargos	5.741	4.900
Outras obrigações trabalhistas	<u>336</u>	<u>310</u>
	14.643	15.002
Curto Prazo	13.312	14.115
Longo Prazo	1.331	887

São compostas por débitos relativos à remuneração dos colaboradores, paga no mês seguinte ao qual foi incorrida e, também, das provisões trabalhistas. No caso de FGTS e INSS, existem parcelamentos em andamento.

14. Obrigações Tributárias e outros

	2022	2021
ISSQN - Retenções s/serviços	803	761
INSS Retido	211	263
PIS, COFINS e CSL	137	125
IRRF s/serviços	41	94
Outros Parcelamentos	<u>4.754</u>	<u>2.724</u>
	5.946	3.967
Curto Prazo	2.843	3.239
Longo Prazo	3.103	728

Como a associação possui imunidade tributária, as obrigações são essencialmente derivadas de impostos e contribuições retidas.

Outros parcelamentos, trata-se de parcelamentos em andamento com a receita federal e diretamente efetuado com a PGFN.

15. Adiantamento de clientes

Os adiantamentos de clientes, no montante de R\$ 2.565 (R\$ 3.518 em 31 de dezembro de 2021), referem-se em grande parte a adiantamento da Fundação Educacional Lucas Machado - FELUMA, conforme contrato firmado referente a locação do imóvel situado a Avenida Churchill, número 232, bairro santa Efigênia.

16. Subvenções e Convênios governamentais

A associação, possui em 31 de dezembro de 2022, mais de quinze convênios em execução, os convênios têm suas execuções previstas de acordo com o plano de trabalho individual de cada termo de convênio, dessa forma possuem suas contraprestações reconhecidas no passivo com a obrigação até que tenham objeto do convênio realizado.

	2022	2021
Termo de Cooperação nº 117/2021	10	1.010
Termo de Cooperação nº 118/2021	-	11.599
Termo de Cooperação nº 119/2021	8	3.029
PRONON - Convênio SES nº 1321001746/2021	2.957	5.000
PRONON - Biobanco	4.936	5.113
PRONON - Convênio SES nº 1321001746/2021	1.265	5.000
PRONON - Cuidados Paliativos	1.823	3.288
PRONON - Ressonancia Magnetica	3.272	4.152
PRONON - Sala Integrada	2.555	3.058
PRONON - Equipamentos PBH	2.961	3.722
PRONON - PET CT	2.479	2.974
PRONON - Laringe	2.345	2.920
Convênio com o Ministério da Saúde	-	2.442
Convênio nº 765426/ 2011	654	1.215
Convênio com o Ministério Publico Federal	731	1.093
Emenda Parlamentar Portaria 1684/2022	1.069	-
Fundo Municipal do Idoso	1.394	-
FAPEMIG	1.714	-
Outros Convênios	6.042	4.191
	<u>36.214</u>	<u>59.804</u>
Curto Prazo	15.230	32.952
Longo Prazo	20.984	26.853
Total de Convênios	36.214	59.804
Recursos Vinculados		
Saldo Bancário / Aplicações de convênios	18.417	40.990
Imobilizado Restrito	17.797	18.814
Total de Recursos vinculados	36.214	59.804
Total de Recursos vinculados a Convênios	36.214	59.804
Total de Convênios	36.214	59.804
Saldo de Convênios vinculados / restritos	<u>-</u>	<u>-</u>

17. Provisão para perdas e contingências

A associação registra provisões para fazer face aos seus passivos potenciais. Com base nas informações de assessores jurídicos, na análise dessas questões e atendendo a probabilidade de perda de cada ação judicial, foi constituída uma provisão considerada suficiente para fazer face a eventuais responsabilidades futuramente exigíveis, conforme a seguir:

- (a) **Trabalhistas:** Os processos trabalhistas relacionam-se a ações movidas por ex-funcionários pleiteando, em sua maioria, o pagamento de hora extra e insalubridade. R\$ 2.400 Mil em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 1.206 em 2021).
- (b) **Cíveis:** As provisões cíveis referem-se a processos de indenização, na grande maioria do Hospital Luxemburgo. R\$ 278 em 31 de dezembro de 2022. (R\$ 1.535 em 2021).

A associação mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a associação figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso.

Periodicamente, são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessário, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possíveis não são reconhecidos contabilmente.

18. Instrumentos financeiros

Gerenciamento dos riscos financeiros

Visão geral

A associação possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de Crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da associação para cada um dos riscos acima, os objetivos, as políticas e os processos de mensuração e gerenciamento de riscos e o gerenciamento do capital da associação.

Riscos de crédito

Risco de crédito é o risco de a associação incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, em razão da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é proveniente, basicamente, das contas a receber de clientes e bancos.

Contas a receber e outros recebíveis

A exposição da Associação Mario Penna a risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Clientes e outras contas a receber são referentes, ao Governo Federal através do SUS e também a diversos Planos e Seguradoras de saúde.

A associação estabelece uma provisão para perda com recuperação que representa sua estimativa de despesas incorridas com as contas a receber e outros recebíveis. O principal componente dessa provisão é o item de perda específico relacionado a exposições individuais.

Perdas por redução no valor recuperável

A composição por vencimento do contas a receber na data das demonstrações financeiras, era a seguinte:

A vencer	22.871
Vencidos superior a 365 dias	<u>6.427</u>
	<u><u>29.298</u></u>

Conforme Nota Explicativa número 6, para os valores acima, foi reconhecido o montante de R\$ 6.427 (R\$ 5.558 em 2021) a título de provisão para perdas por valor recuperável.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a associação irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da associação na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre se tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da associação.

A associação garante que possui caixa a vista suficiente para cumprir com as despesas operacionais esperadas para um período de 60 dias, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras, isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado - tais como as taxas de câmbio, as taxas de juros e os preços de ações - irão afetar os ganhos da Associação e o valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno. Os riscos e as análises são conduzidos dentro das orientações estabelecidas pela Diretoria Financeira.

19. Patrimônio Líquido

Patrimônio social / Ajuste de avaliação patrimonial

O patrimônio da associação é constituído pela dotação inicial já integralizada por seus instituidores e por bens e valores que a este patrimônio venham a ser adicionados por dotações de qualquer natureza, oriundas de instituições ou entidades públicas, pessoas jurídicas de direito privado ou pessoas naturais, com o fim específico de incorporação ao seu patrimônio. O Ajuste de avaliação patrimonial representa a contrapartida do aumento do imobilizado decorrente da adoção do custo atribuído levantado pela associação em 2010. Conforme prática contábil vigente, sua realização ocorre de forma proporcional a depreciação dos bens que geraram seu registro, sendo absorvido pelo superavit ou déficit do exercício.

Superavit (déficit) acumulado

Corresponde ao superavit ou déficit de exercícios anteriores, bem como do exercício corrente

20. Receitas

Demonstramos abaixo a composição das receitas da associação. Salientamos que as subvenções são referentes a assistências governamentais na forma de contribuição de natureza pecuniária, concedidas em troca do cumprimento passado ou futuro de certas condições relacionadas as atividades operacionais da entidade, ligadas a área da saúde.

	2022	2021
SUS - Sistema Único de Saúde	58.759	57.263
Saúde suplementar	63.359	58.420
Particulares	2.916	3.055
Subtotal de serviços hospitalares (i)	125.034	118.738
Convênios e Emendas Governamentais	48.785	27.615
Programa Fortal. Melhoria da Qual. Hosp. do	4.010	4.010
Incentivo de Adesão à Contratualização (IAC)	2.766	2.766
Outros incentivos e subvenções	12.682	10.254
Subtotal de Subvenções Hospitalares (ii)	68.244	44.646
Subtotal de receitas operacionais (i+ii)	193.278	163.384
Doações	41.605	40.037
Outras receitas	5.968	10.389
Total de outras receitas (iii)	47.573	50.426
Imunidade e isenções tributárias (Nota 22)	28.805	23.985
Total das receitas (i+ii+iii)	269.656	237.795

21. Custos dos serviços prestados

	2022	2021
Custo com pessoal	74.533	68.247
Custo com materiais	70.454	55.434
Prestação de Serviços	48.016	44.725
Custos Total	193.003	168.406

22. Imunidade tributária

	2022	2021
INSS patronal	16.161	13.031
ISSQN - Imposto sobre serviços	3.751	3.054
COFINS	3.751	3.054
PIS	813	662
PIS s/folha de pagamento	589	430
CSLL - Contribuição social	600	827
IRPJ - Imposto de Renda	2.814	2.615
IPTU - Imposto territorial urbano	326	311
Total	28.805	23.985

23. Receitas (despesas) financeiras líquidas

	2022	2021
Receitas com aplicações financeiras	726	373
Descontos Obtidos	25	1.904
Outras receitas financeiras	10	28
Total de receitas financeiras	761	2.305
Juros s/financiamentos	9.109	7.353
Juros, multas e taxas sobre protestos	478	3.485
Juros e multas sobre parcelamentos diversos	1.355	620
Juros sobre conta garantida	147	234
Juros e multas sobre atrasos de pagamentos	1.098	-
Outras despesas financeiras	574	771
Total de despesas financeiras	12.762	12.462
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(12.001)	(10.157)

24. Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2022, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por valores de risco declarados de R\$ 154 Milhões para cobertura contra risco dos edifícios da associação e R\$ 12 Milhões para conteúdo de responsabilidade civil e R\$ 150 Mil para a frota de veículos da associação.

Marco Antonio Viana Leite

Presidente

Gladstone Andrade Silva Junior

Diretor Financeiro

Jussara Cruz Braga

Controller

CRC-MG - 069947/O-0

Antônio Rogério dos Santos

Contador

CRC-MG - 085524/O-0